

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE  
CONTAS DA UNIÃO, DRA. ANA ARRAES**

**ALESSANDRO MOLON**, brasileiro, Deputado Federal pelo PSB/RJ, Líder da Oposição na Câmara dos Deputados, domiciliado em Brasília, no gabinete 304 do Anexo IV da Câmara dos Deputados;

**MARCELO RIBEIRO FREIXO**, brasileiro, Deputado Federal pelo PSOL/RJ, Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, domiciliado em Brasília, no gabinete 725 do Anexo IV da Câmara dos Deputados;

**ELVINO JOSE BOHN GASS (BOHN GASS)**, brasileiro, Deputado Federal pelo PT/RS, Líder do Partido na Câmara dos Deputados, domiciliado em Brasília, no gabinete 269 do anexo III da Câmara dos Deputados;

**DANILO JORGE DE BARROS CABRAL**, brasileiro, Deputado Federal pelo PSB/PE, Líder do Partido na Câmara dos Deputados, domiciliado em Brasília, no gabinete 423 do anexo IV da Câmara dos Deputados;

**WOLNEY QUEIROZ MACIEL**, brasileiro, Deputado Federal pelo PDT/PE, Líder do Partido na Câmara dos Deputados, domiciliado em Brasília, no gabinete 936 do anexo IV da Câmara dos Deputados;

**TALÍRIA PETRONE SOARES**, brasileira, Deputada Federal pelo PSOL/RJ, Líder do Partido na Câmara dos Deputados domiciliada em Brasília, no gabinete 623 do anexo IV da Câmara dos Deputados;

**JOENIA BATISTA DE CARVALHO (JOENIA WAPICHANA)**, brasileira, Deputada Federal pela Rede Sustentabilidade/RR, Líder do Partido na Câmara dos Deputados, domiciliada em Brasília, no gabinete no 231 do anexo IV da Câmara dos Deputados;

comparecem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 74, § 2º, da Constituição Federal; nos arts. 53 e 54 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (Lei n. 8.443/1992); e nos arts. 234 a 236 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, apresentar **DENÚNCIA, com pedido de medida cautelar**, em face do Sr. Presidente da República, **Jair Messias Bolsonaro**, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, **Sr. Rogério Marinho**, do Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, **Marcelo Moreira**, com base nas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

## **I – Dos fatos**

No dia 8 de maio de 2021, o jornal Estadão denunciou esquema de malversação de recursos públicos praticado em conjunto pelo Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, pelo Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, pelo Sr. Presidente da CODEVASF, Marcelo Moreira, que criou um orçamento paralelo de R\$ 3 bilhões em emendas para secretamente aumentar a base de apoio do governo no Congresso. Parte das verbas das emendas foi destinada, inclusive, para a compra de tratores com preços até 259% acima dos valores de referência. De acordo com a reportagem:

“O flagrante do manejo sem controle de dinheiro público aparece num conjunto de 101 ofícios enviados por deputados e senadores ao Ministério do Desenvolvimento Regional e órgãos vinculados para indicar como eles preferiam usar os recursos.

O detalhe é que, oficialmente, o próprio Bolsonaro vetou a tentativa do Congresso de impor o destino de um novo tipo de emenda (chamada RP9), criado no seu governo, por ‘contrariar o interesse público’ e estimular o ‘personalismo’. Foi exatamente isso o que ele passou a ignorar após seu casamento com o Centrão”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-cria-orcamento-secreto-em-troca-de-apoio-do-congresso,70003708713>. Acesso em 8 mai 2021.

No dia 9 de maio, o Estadão detalhou ainda mais a operação do esquema, em reportagem reveladora da qual se extraem os seguintes trechos:

“Numa radiografia do orçamento secreto, as cidades de Tauá (CE), Santana (AP) e Petrolina (PE) aparecem em destaque como os redutos eleitorais de aliados do governo que receberam recursos de maneira desproporcional, por critérios apenas políticos. Os R\$ 110,3 milhões que o relator-geral do orçamento, Domingos Neto (PSD-CE), destinou a Tauá, em dezembro, logo após a eleição de sua mãe, Patrícia Aguiar (PSD), fizeram da cidade a maior beneficiada do Brasil por repasses da pasta do Desenvolvimento Regional no ano passado.

Encravado no Sertão dos Inhamuns, o município de 57 mil moradores vive da agricultura familiar e da pecuária. É um feudo familiar. Patrícia está no quarto mandato. O avô paterno do deputado, que lhe rendeu o nome, também foi prefeito duas vezes. O pai, Domingos Filho, foi vice-governador no mandato de Cid Gomes, entre 2011 e 2014, e depois virou adversário da família Ferreira Gomes.

Na Região Norte, a cidade de Santana foi a mais beneficiada por recursos do orçamento secreto. Por indicação do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), o município firmou contrato de repasse de R\$ 95,7 milhões para a pavimentação de ruas, que teriam como destino Macapá se o irmão dele, Josiel Alcolumbre (DEM), tivesse vencido a eleição para prefeito da capital amapaense. Segundo fontes, para não turbinar o mandato do adversário da família, Alcolumbre redirecionou o investimento. O senador ainda redirecionou R\$ 30 milhões para Tartarugalzinho (AP), onde o correligionário Bruno Mineiro (DEM) se elegeu.

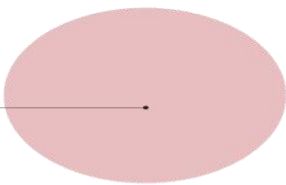
Laços de família foram motivos também que tornaram Petrolina (PE) a nona cidade com mais investimentos do Ministério do Desenvolvimento Regional em 2020. O município é administrado por Miguel Coelho (MDB), filho do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). O líder do governo no Senado ditou a transferência de R\$ 46.569.000,00 ao município por meio da estatal Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) em dois convênios, celebrados nos mesmos valores.”<sup>2</sup>

Os fatos denunciados demonstram a formação de um orçamento paralelo no Congresso Nacional, que visa contemplar acordos com parlamentares em troca de apoio ao governo, cuja distribuição apenas atende a critérios eleitorais. Apenas quem apoia o governo recebe o recurso, conforme comprovam os 101 ofícios recebidos pelo Ministério do

---

<sup>2</sup> Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tratoraco-atropelou-leis-orcamentarias-e-veto-de-bolsonaro,70003709466>. Acesso em 9 mai 2021.

Desenvolvimento Regional, a que faz referência a notícia do Estadão, exemplificando com trechos de ofícios remetidos, respectivamente, pelo Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), pelo Deputado Federal Cláudio Cajado (PP-BA), pela Deputada Federal Flávia Arruda (PL/DF) e pelo Deputado Federal Vicentinho Júnior (PL-TO)<sup>3</sup>:



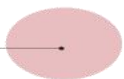
Assunto: Indicação de Recurso ao Orçamento da Codevasf

Senhor Diretor-Presidente,

Cumprimento-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Senhoria para solicitar sua especial atenção na elaboração do TED no valor de R\$ 71.000.000,00 (setenta e um milhões de reais) para validar descentralização de crédito orçamentário de Ministério do Desenvolvimento Regional, conforme detalhamento abaixo.

Objeto	MA	Valor (R\$)
Máquinas e Equipamentos	90	20.000.000,00
Obras e Projetos de Infraestrutura para o estado do Amapá	90	47.800.000,00
Reserva Técnica (4,5 %)	90	3.195.000,00
<b>Total</b>		<b>71.000.000,00</b>

Autorizo a utilização de 4,5% do valor total da descentralização, a título de reserva técnica para despesas administrativas.



Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito sua especial atenção para viabilizar a transferência de orçamentário por meio de Termo de Execução Descentralizada - TED para este órgão (CODEVASF) referente à minha cota, autorizada pela Secretaria de Governo da Presidência da República, no valor total de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), conforme informações abaixo.

Aproveito o mesmo para autorizar a utilização da reserva técnica de 4,5% do valor total do montante para a execução dos objetos.

CNPJ	ORGÃO	MA	AÇÃO	VALOR
00.399.857/0001-20	CODEVASF	90	1D73	R\$ 8.000.000,00
00.399.857/0001-20	CODEVASF	90	7K66	R\$ 8.000.000,00

Na certeza da boa acolhida e aquesência no atendimento positivo ao referido pleito, subscrevo-me.



Senhor Ministro,

A par de cumprimentá-lo, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o envio de Termo de Execução Descentralizada - TED no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em favor da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, na ação 7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, o referido valor compõe o limite orçamentário a mim disponibilizado.

Informo que o limite será apropriado em ata de registro de preço de infraestrutura na CODEVASF para execução de ações no Distrito Federal.



3. Cumprimentando a senhora cordialmente, dirijo-me para informar que apresentei minha indicação neste ministério no exercício de 2020, no valor de 2.000.000,00(dois milhões) de reais, solicito que este valor seja remanejado conforme planilha abaixo:

DE:

PROPOSTA	CNPJ	MUNICÍPIO	VALOR
023679/2020	01.170.331/0001-32	PAZ DE ARARIPE-CE	2.000.000,00

PARA:

PROPOSTA	CNPJ	MUNICÍPIO	VALOR
024306/2020	01.170.331/0001-32	PAZ DE ARARIPE-CE	2.000.000,00



Solicito a Vossa Excelência dentro das possibilidades e da legalidade, que interceda junto a sua equipe técnica para que seja destinado recurso para a aquisição de máquinas, em conformidade com os requisitos técnicos exigidos, para atender municípios no Estado do Tocantins, conforme detalhado na planilha abaixo:

Município	CNPJ	Objeto	Valor
III - Anapurus	23.943.892/0001-09	02 - R\$ categorização: 01 - Escavadeiras e 01 - Caminhão (ver item sempre para foto)	R\$ 648.200,00

Resalto, senhor Presidente, que esse recurso é fruto de uma TED (transferência de execução descentralizada) oriunda do Ministério do Desenvolvimento Regional, o qual estou sendo contemplado no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil duzentos e noventa reais). Desta forma, autorizo a CODEVASF, contingenciar o valor de 4,5% referente a reserva técnica para execução do recurso.

Conforme se verá a seguir, o esquema é inconstitucional, ilegal e imoral, porque viola, ao mesmo tempo: (i) os princípios constitucionais da República, transparência, moralidade, impessoalidade e eficiência do gasto público; (ii) a ordem orçamentária constitucional, além de dispositivos expressos da (iii) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

<sup>3</sup> Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tratoraco-atropelou-leis-orcamentarias-e-veto-de-bolsonaro,70003709466>. Acesso em 9 mai 2021.

## II – Do direito

**Em primeiro lugar, o esquema opera segundo a lógica do “pessoalismo”, assumida pelo próprio veto do Sr. Jair Bolsonaro à tentativa de posituação das emendas de relator na lei orçamentária<sup>4</sup>.** Embora tenha vetado a primeira tentativa do Congresso Nacional em ressuscitar a “emenda de relator”, o Presidente Jair Bolsonaro sucumbiu à segunda tentativa, fazendo parte de esquema secreto para beneficiar parlamentares que apoiam o governo em troca de indicação da destinação de emendas. O pessoalismo, conforme indicado no veto do Presidente Jair Bolsonaro, **viola o princípio republicano**, que não se harmoniza com arranjos voltados para privilegiar apoio político, o famoso “toma lá dá cá”. Os recursos públicos são escassos e, em um período de pandemia, deveriam ser priorizados para a vacinação, para a compra de insumos, para a defesa da população contra o vírus da COVID-19.

**Em segundo lugar**, considerando o caráter secreto, escuso, praticado às escondidas do controle público, o esquema viola os princípios da transparência, da moralidade, da impessoalidade, e da eficiência do gasto público, listados no **art. 37 da Constituição Federal**. Pela mesma razão, afronta também o disposto no **art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal**, que embora autorize a União a flexibilizar a aplicação de algumas regras e limites de finanças públicas em situação de pandemia – como a atualmente vivida pelo país em razão da COVID-19 – , **não afasta a necessidade de transparência e controle e fiscalização dos gastos orçamentários**.

---

<sup>4</sup> “Nas razões do veto, enviadas ao Congresso em 11 de novembro de 2019 — antes da aliança com o Centrão — o presidente afirmou que o dispositivo era “incompatível” com a “complexidade operacional” do procedimento em estabelecer que as indicações e priorizações sejam feitas pelos “autores”. “Ademais, o dispositivo investe contra o princípio da impessoalidade que orienta a administração pública ao fomentar cunho personalístico nas indicações e priorizações das programações decorrentes de emendas, ampliando as dificuldades operacionais para a garantia da execução da despesa pública.” Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tratoraco-atropelou-leis-orcamentarias-e-veto-de-bolsonaro,70003709466>. Acesso em 9 mai 2021.

**Em terceiro lugar, o esquema conhecido como “tratoração” também viola a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020**, notadamente os seus artigos 19 e 77, que priorizam a destinação de recursos públicos para obras inacabadas. Iguais disposições também se encontram na LDO de 2021, arts. 21 e 86 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020. Abaixo os artigos da LDO de 2020:

Art. 19. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2020 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e atendido o disposto no art. 2º desta Lei, somente incluirão ações ou subtítulos novos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) as despesas mencionadas no art. 3º<sup>5</sup>; e

b) os projetos e seus subtítulos em andamento;

II - os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, consideradas as contrapartidas de que trata o § 1º do art. 75; e

III - a ação estiver compatível com a Lei do Plano Plurianual 2020-2023.

§ 1º Entende-se como projeto ou subtítulo de projeto em andamento aquele, constante ou não da proposta, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2019:

I - tenha ultrapassado vinte por cento do seu custo total estimado; ou

II - no âmbito do orçamento fiscal e da seguridade social, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), desde que iniciada a execução física.

§ 2º Entre os projetos ou subtítulos de projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

§ 3º Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ou equivalentes, são responsáveis pelas informações que comprovem a observância do disposto neste artigo.

§ 4º Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ou equivalentes manterão registros de projetos sob sua supervisão, por Estado ou Distrito Federal, pelo menos com informações de custo, da execução física e financeira e da localidade.

Art. 77. A execução orçamentária e financeira, no exercício de 2020, das transferências voluntárias de recursos da União, cujos créditos orçamentários não identifiquem nominalmente a localidade beneficiada, inclusive aquelas destinadas genericamente a Estado, fica condicionada à prévia divulgação em sítio eletrônico, pelo concedente, dos critérios de

---

<sup>5</sup> “Art. 3º As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2020, atendidas as despesas obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serão estabelecidas no Anexo VIII e na Lei do Plano Plurianual 2020-2023”.

distribuição dos recursos, considerando os indicadores socioeconômicos da população beneficiada pela política pública.

A violação às regras da Lei de Diretrizes Orçamentárias foi relatada pelos seguintes trechos das reportagens do Estadão:

“A regra deveria ter sido observada em relação aos R\$ 3 bilhões que constam no planilhão do Ministério do Desenvolvimento Regional divulgado em janeiro pelo Estadão. A abertura desses créditos foi feita por meio dos projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs) de números 29, 30 e 40, por meio de emenda de relator-geral do orçamento (a chamada RP9), estabelecendo, apenas, os tipos de ação orçamentária que deveriam receber os recursos.

Pelas regras, o Congresso, no entanto, não tem o poder de definir quais projetos devem ser executados. Essa é uma atribuição exclusiva do governo. Caberia ao Ministério do Desenvolvimento Regional fazer a prévia divulgação de critérios e a análise de indicadores socioeconômicos para, então, escolher os projetos”<sup>6</sup>.

“Pelas regras atuais, o Congresso pode direcionar uma área genérica de investimento desse tipo de recurso proveniente das chamadas emendas RP9. Mas a definição dos municípios que irão receber os recursos e quais projetos serão realizados é exclusiva do Executivo. O Congresso até tentou impor o destino dessas emendas, mas Bolsonaro vetou por “contrariar o interesse público” e estimular o “personalismo”. Como revelou o Estadão, porém, ele passou a ignorar o próprio ato após seu casamento com o Centrão e permitiu que um grupo de deputados e senadores aliados impusesse onde milhões de reais deveriam ser aplicados, usurpando uma atribuição do Executivo. O veto nunca foi derrubado”<sup>7</sup>.

“No que tange à LDO de 2020, as autorizações de repasses de recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional deixaram de estabelecer critérios para definição das localidades beneficiadas e não apresentaram indicadores socioeconômicos ao distribuir os recursos. Além disso, não priorizaram a continuidade de obras iniciadas”<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tratoraco-atropelou-leis-orcamentarias-e-veto-de-bolsonaro,70003709466>. Acesso em 9 mai 2021.

<sup>7</sup> Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,emendas-secretas-de-bolsonaro-sao-comparadas-aos-anoes-do-orcamento-oposicao-cobra-investigacao,70003709506>. Acesso em 9 de mai 2021.

<sup>8</sup> Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tratoraco-atropelou-leis-orcamentarias-e-veto-de-bolsonaro,70003709466>. Acesso em 9 mai 2021.

Dessa forma, a violação à ordem constitucional orçamentária pelo esquema do Presidente da República com parlamentares, operado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Nacional, ocorreu por três razões principais:

- i)** é atribuição exclusiva do Executivo, e não dos parlamentares, definir onde alocar os recursos públicos do orçamento. A lógica paroquial patrocinada pelo esquema de compra de apoio, dessa forma, representa um “drible” do orçamento, turbinando recursos de emendas parlamentares em prejuízo de toda a população brasileira;
- ii)** as autorizações de repasses de recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional deixaram de estabelecer critérios para definição das localidades beneficiadas e não apresentaram indicadores socioeconômicos ao distribuir os recursos; e
- iii)** O esquema deixou de priorizar a destinação de recursos do orçamento para obras em andamento e para a manutenção das obras existentes, conforme determina a LDO e a Lei de Responsabilidade Fiscal, normas que tem por objetivo maior eficiência no gasto público e evitar estruturas inacabadas.

A não observância da priorização legal de normas em andamento pode ser comprovada pelo seguinte trecho noticiado pelo Estadão:

“Os dados do Painel de Obras do Ministério do Desenvolvimento Regional, no dia 22 de abril, apontam a existência de 8.458 contratos em execução, assinados antes de 2020, com valores totais de R\$ 71,71 bilhões, que ainda precisam do empenho de R\$ 16,05 bilhões do Orçamento Geral da União para serem concluídos. Na média, é como se cada um desses contratos ainda necessitasse de R\$ 1,9 milhão. Além disso, há 502 contratos paralisados, também assinados antes de 2020, com valores totais de R\$ 8,22 bilhões, dos quais ainda falta empenhar R\$ 2,76 bilhões.

Todos esses 8960 contratos estão em situação “normal”, o que quer dizer que não expiraram, não foram rescindidos, não foram alvo de liminares, não estão com cláusulas suspensivas e não estão em fase de prestação de contas. A ausência de impedimentos contratuais é um indicativo de que pode estar faltando recursos para a conclusão das obras, principalmente, no caso daquelas que estão paralisadas mesmo com situação de contrato “normal”. Mesmo naquelas obras que estão em andamento, o índice de execução equivale a R\$ 49,5% dos valores totais dos contratos.



Se o governo tivesse cumprido a Lei de Responsabilidade e Fiscal e a LDO 2020, os R\$ 3 bilhões deveriam ter como destino, predominantemente, essas obras, em vez da pavimentação asfáltica de novos trechos de estrada”<sup>9</sup>.

### III – Da medida cautelar

Nos termos do art. 276, *caput*, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União<sup>10</sup>, é cabível a concessão pelo Relator de **medida cautelar inaudita altera pars** a fim de suspender o ato impugnado, preenchidos os requisitos legais.

No presente caso, a **probabilidade do direito** ora invocado está demonstrada na violação ao *caput* do art. 37 da Constituição, a dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Responsabilidade Fiscal. O **perigo da demora** está caracterizado pelo iminente repasse e destinação das verbas.

Por essa razão, com fundamento no poder geral de cautela, a antecipação dos efeitos da tutela é medida que se impõe, a fim de garantir a efetividade processual, evitando a utilização do orçamento secreto e paralelo de **R\$ 3 bilhões (RP 9)** até o final do julgamento desta demanda por esta e. Corte de Contas.

Alternativamente, os líderes partidários subscritores da denúncia requerem a este Tribunal de Contas da União a concessão de **MEDIDA CAUTELAR** para suspender a execução orçamentária da rubrica RP9 de 2021, até que um sistema de informações

---

<sup>9</sup> Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tratoraco-atropelou-leis-orcamentarias-e-veto-de-bolsonaro,70003709466>. Acesso em 9 mai 2021.

<sup>10</sup> Art. 276. O Plenário, o relator, ou, na hipótese do art. 28, inciso XVI, o Presidente, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992.

transparente das indicações seja disponibilizado, uma vez que não se sabe e não se consegue saber, de forma transparente, quem indicou os beneficiários.

#### **IV – Do pedido**

Diante do exposto, requer-se seja conhecida e processada a presente DENÚNCIA, tendo em vista o preenchimento de seus pressupostos de admissibilidade, para que:

- a) Seja concedida medida cautelar para suspender a destinação e aplicação, no todo ou em parte, de recursos públicos no chamado “orçamento secreto” criado pelo Sr. Presidente da República Jair Bolsonaro, impedindo-se a execução das verbas orçamentárias listadas na rubrica RP9 ou, alternativamente, que a suspensão se dê até que um sistema de informações transparente das indicações seja disponibilizado, uma vez que não se sabe e não se consegue saber quem indicou os beneficiários;
  
- b) No mérito, seja instaurado o devido processo de apuração por este Tribunal de Contas, a fim de ver julgada procedente a DENÚNCIA, ante as evidentes irregularidades praticadas pelo Sr. Presidente da República, pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional e pelo Presidente da CODEVASF, além de averiguar se houve destinação de créditos extraordinários para a chamada RP9, notadamente aqueles autorizados pelo Congresso Nacional para o combate da pandemia do novo coronavírus.

Confiam deferimento.

Brasília, 11 de maio de 2021.



**Alessandro Lucciola Molon**

Líder da Oposição



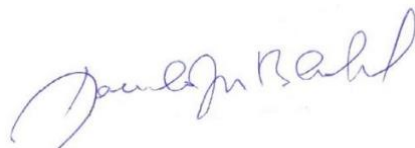
**Marcelo Ribeiro Freixo**

Líder da Minoria



**Elvino José Bohn Gass**

Líder do Partido dos Trabalhadores



**Danilo Jorge de Barros Cabral**

Líder do Partido Socialista Brasileiro



**Wolney Queiroz Maciel**

Líder do Partido Democrático Trabalhista



**Talíria Petrone Soares**

Líder do Partido Socialismo e Liberdade



**Renildo Vasconcelos Calheiros**

Líder do Partido Comunista do Brasil

**Joenia Wapichana**

Líder da Rede Sustentabilidade